



Impactos da Reforma da Previdência: crise ou solução?

Faculdade de Direito da UFG
15 de dezembro de 2020

CONJUNTURA APROFUNDA A DESTRUIÇÃO DO ESTADO E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

- ✓ “Teto de gastos” somente para estrutura de Estado e serviços prestados à população, mas para a dívida não existe teto
- ✓ PEC 186 submete os direitos sociais ao pagamento da dívida



- ✓ Privatização de “tudo”! Perda de patrimônio: para quê?
- ✓ Reforma do Estado: PEC 32, Independência do Banco Central etc.

A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ VEM DANDO LUGAR À CONSTITUIÇÃO DO MERCADO

- Art. 166 e o privilégio da dívida pública;
- Art. 167 III burlado para garantir o pagamento das correntes com juros da dívida pública;
- Art. 192 quase todo revogado;
- Art. 37 descumprido no que se refere à transparência, pois sequer sabemos quem são os detentores dos títulos da dívida pública;
- EC 95 congelou todos os gastos sociais e gastos com a manutenção do Estado, deixando fora do teto os gastos financeiros com a dívida pública;
- EC 106 autorizou o Banco Central gastar trilhões sem limite para comprar papel podre dos bancos (ver ADI 6417);
- Art. 26 do ADCT até hoje não cumprido;
- Contrarreformas que retiram direitos e privilegiam o mercado:
Trabalhista, Previdência, Administrativa



PARADOXO BRASIL

9ª Maior Economia Mundial

IMENSAS POTENCIALIDADES

REALIDADE DE ABUNDÂNCIA

- Maior reserva de Nióbio do mundo
- Terceira maior reserva de petróleo
- Maior reserva de água potável do mundo
- Maior área agriculturável do mundo
- Riquezas minerais diversas e Terras Raras
- Riquezas biológicas: fauna e flora
- Extensão territorial e mesmo idioma
- Clima favorável, recorde de safra
- Potencial energético, industrial e comercial
- Riqueza humana e cultural
- Reservas Internacionais US\$360 Bilhões
- R\$ 1,7 Trilhão no caixa no Banco Central
- R\$ 1,1 Trilhão na conta única do Tesouro
- Dívida Ecológica histórica
- Potencial de arrecadação tributária

CENÁRIO DE ESCASSEZ

CRISES

➤ Econômica seletiva

- Desindustrialização
- Queda da atividade comercial
- Desemprego, Informalidade
- Perdas salariais
- Privatizações
- Ajuste Fiscal e cortes
- Encolhimento do PIB
- Extrema pobreza

➤ Social

➤ Política

➤ Ambiental

CRESCIMENTO ACELERADO DA DÍVIDA PÚBLICA = CRISE FISCAL

LUCRO RECORDE DOS BANCOS

O QUE SEPARA A REALIDADE DE ABUNDÂNCIA DO CENÁRIO DE ESCASSEZ NO BRASIL?

MODELO ECONÔMICO ERRADO,
CONCENTRADOR DE RENDA E RIQUEZA

- Principais eixos:

- ✓ SISTEMA DA DÍVIDA
- ✓ POLÍTICA MONETÁRIA SUICIDA
- ✓ MODELO TRIBUTÁRIO REGRESSIVO
- ✓ MODELO EXTRATIVISTA IRRESPONSÁVEL PARA
COM AS PESSOAS E O AMBIENTE

MODELO ECONÔMICO ERRADO QUE ATUA NO BRASIL IMPEDE O ALCANCE DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

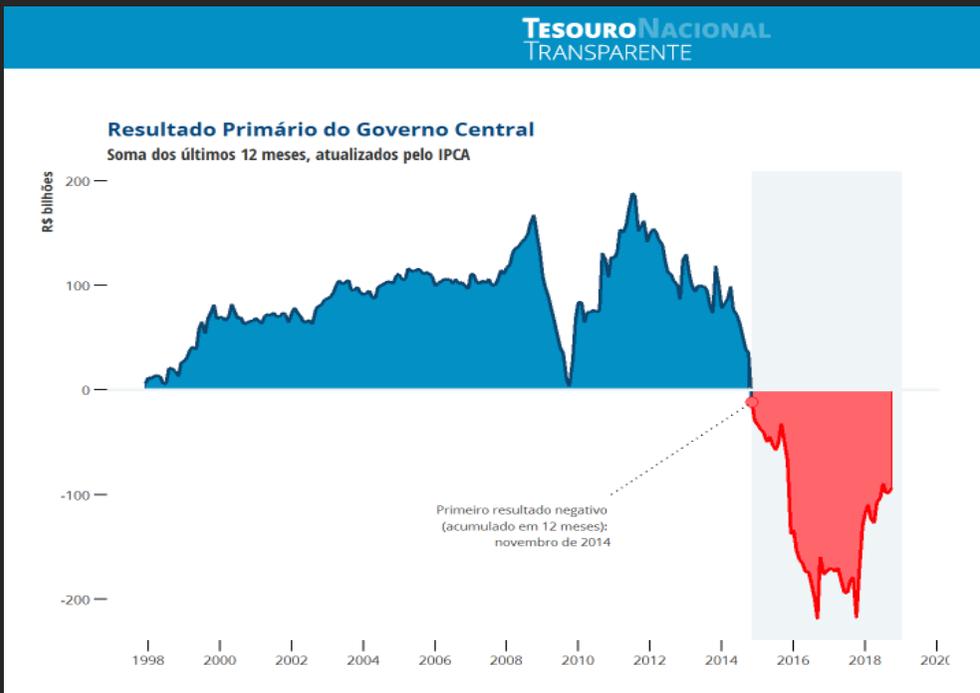
MODELO PRODUZ ESCASSEZ DE UM LADO E
CONCENTRA DE RENDA E RIQUEZA DE OUTRO

Como o modelo econômico errado produz escassez:

- Sistema da Dívida** consome a maior fatia do orçamento federal;
- EC 95** estabelece teto para todos os gastos primários mas destina recursos sem limite para gastos com a dívida pública;
- Política monetária do BC** esteriliza a sobra de caixa dos bancos, atualmente em R\$ 1,5 trilhão, a qual deveria estar disponível para empréstimos às pessoas e empresas, gerando escassez de moeda na economia e forçando o aumento dos juros de mercado, e ainda gasta recursos orçamentários para remunerar os bancos. Tesouro gastou quase R\$ 3 trilhões para financiar o BC em 10 anos;
- Modelo tributário regressivo** exerce excessiva tributação sobre os mais pobres e sobre a classe trabalhadora, retirando grande volume de suas rendas, ao mesmo tempo em que deixa de arrecadar tributos daqueles que mais têm capacidade contributiva;
- Modelo extrativista mineral e agrícola** recolhe pouco tributos, usufrui de incentivos fiscais, paga royalties insignificantes perante o orçamento público, provoca imenso dano ambiental e, apesar de seus imensos lucros, paga salários baixíssimos.

Até 2015, produzimos R\$ 1 TRILHÃO de Superávit Primário e sobrou mais de R\$ 1 TRILHÃO na Seguridade Social

De repente isso inverteu:

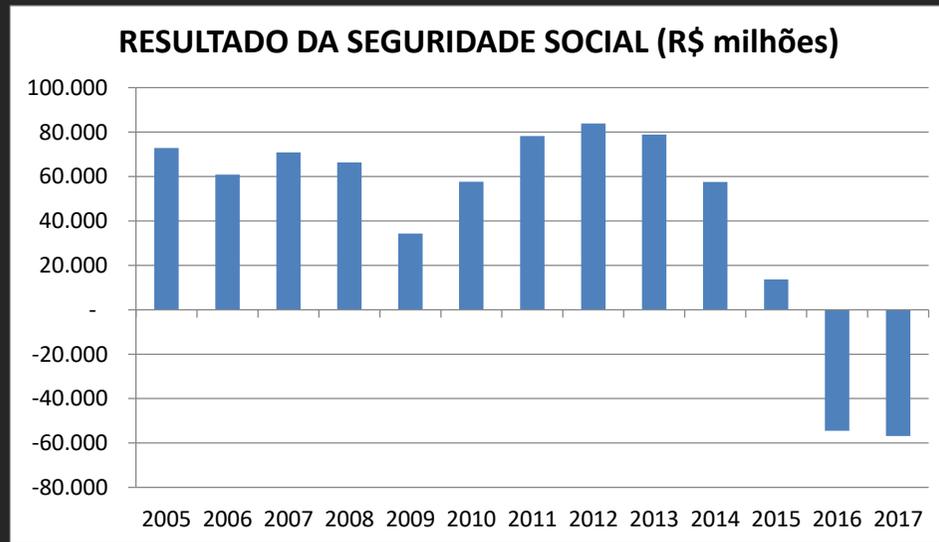


FONTE: Tesouro Nacional

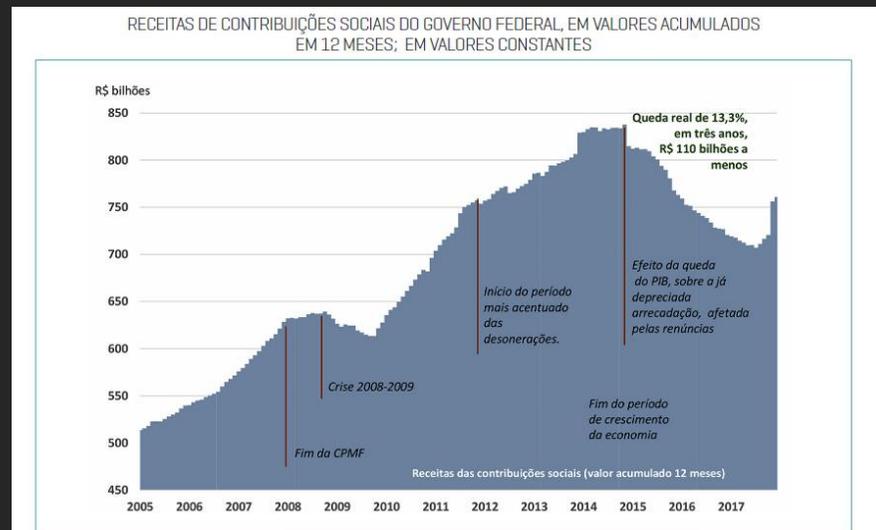
Desde 2005 o PIB vinha crescendo quase 4%, em média. Estacionou em 2014 e caiu mais de 7% em 2015-2016 e segue estagnado!

O que provocou essa crise?

<https://goo.gl/HdgD1q>



FONTE: ANFIP - https://www.anfip.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Livros_28_11_2018_14_51_18.pdf, pág 1



Fonte: STN-MF, em valores constantes de dezembro de 2017 (IPCA).
Org: ANFIP e Fundação ANFIP

A crise que enfrentamos desde 2015 foi FABRICADA pela Política Monetária do Banco Central

GAZETA DO POVO |  ARTIGOS ESSE ASSINTE + DE 90% de desconto

Home » Opinião » Artigos » O Banco Central está “suicidando” o Brasil

ARTIGO

O Banco Central está “suicidando” o Brasil

    Beta

Maria Lucia Fattorelli [12/01/2016] [22h00]

<https://bit.ly/2EQSXWf>



GAZETA DO POVO

O Banco Central está “suicidando” o Brasil

Por Maria Lucia Fattorelli [12/01/2016] [23:01]

<https://bit.ly/30Ilifw>



NO BRASIL 2019

Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

13 DE DEZEMBRO, 2019

Crise fabricada expande o poder do mercado financeiro e suprime direitos sociais

<https://bit.ly/3liKWeM>

2015: Bancos lucram com os mecanismos que alimentam o Sistema da Dívida e produzem a crise

Lucro dos bancos (R\$ bilhões)



2015

Lucro de

R\$ 96
bilhões

+

Provisão de

R\$ 187
bilhões

APROFUNDAMENTO DA CRISE

MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS SOCIAIS

CRISE TEM SIDO USADA PARA JUSTIFICAR:

- ✓ EC 95 (PEC do Teto)
- ✓ EC 93 (aumento da DRU para 30%)
- ✓ Lei Complementar 159/2017
- ✓ Desonerações danosas ao financiamento da Seguridade Social
- ✓ Reformas Trabalhista, da Previdência e Administrativa
- ✓ Privatizações
- ✓ Esquema Fraudulento: "Securitização de Créditos Públicos"
- ✓ Plano mais Brasil para banqueiro: PEC 186, 187 e 188
- ✓ PEC 438
- ✓ EC 106 – compra de ativos privados pelo BC sem limite
- ✓ Autonomia do Banco Central, "legalização" da remuneração da sobra de caixa dos bancos – PLP 112/2019 e PLP 19/2019
- ✓ PL 3.877/2020 e PL 9.248/2017 – Bolsa Banqueiro sem limite

TRAÇO COMUM EM TODAS ESSAS MEDIDAS: Quem perde / Quem ganha

- **Danos às pessoas:** perda de direitos, que são reduzidos, adiados ou até extintos. Direitos Sociais passam a ficar condicionados à existência de “equilíbrio financeiro intergeracional” (PEC 188): se tiver recurso, paga, se não, corta!
- **Danos à estrutura do Estado:** redução e desvalorização de servidores públicos; extinção de órgãos; redução ou até extinção de dotações orçamentárias; perda de patrimônio público com as privatizações; perda de arrecadação com o esquema da Securitização etc.
- **Danos à Economia do país:** a crise fabricada levou inúmeras empresas de todos os ramos à falência, aumentando o desemprego e afetando até o PIB; aumento do gasto financeiro; danos ambientais etc.
- **Aumento da dívida pública ilegal e garantia de pagamento privilegiado sobre todos os demais gastos, fora de qualquer teto, limite, e até por fora dos controles orçamentários**

O mesmo mecanismo que produziu a crise está sendo agora "legalizado" e aprofundado pelo PL 3.877/2020, PL 9.248/2017 e PLP 112/2019

SÓ NÃO VÊ QUEM NÃO QUER

- BANCOS GERAM FALSA ESCASSEZ DE MOEDA PORQUE DEPOSITAM SUA SOBRA DE CAIXA NO BANCO CENTRAL
- A FALSA ESCASSEZ DE MOEDA ELEVA BRUTALMENTE AS TAXAS DE JUROS DE MERCADO
- EMPRESAS QUEBRAM PORQUE NÃO ACESSAM CRÉDITO E NÃO CONSEGUEM PAGAR EMPRÉSTIMOS ANTERIORES
- DESEMPREGO AUMENTA E A CRISE APROFUNDA!



PL 3.877/2020 é bom só pra BANQUEIRO

NÃO AO PL 3.877/2020

 AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

ASSALTO AOS COFRES PÚBLICOS

O que deveria ser CRIMINALIZADO está sendo PREMIADO

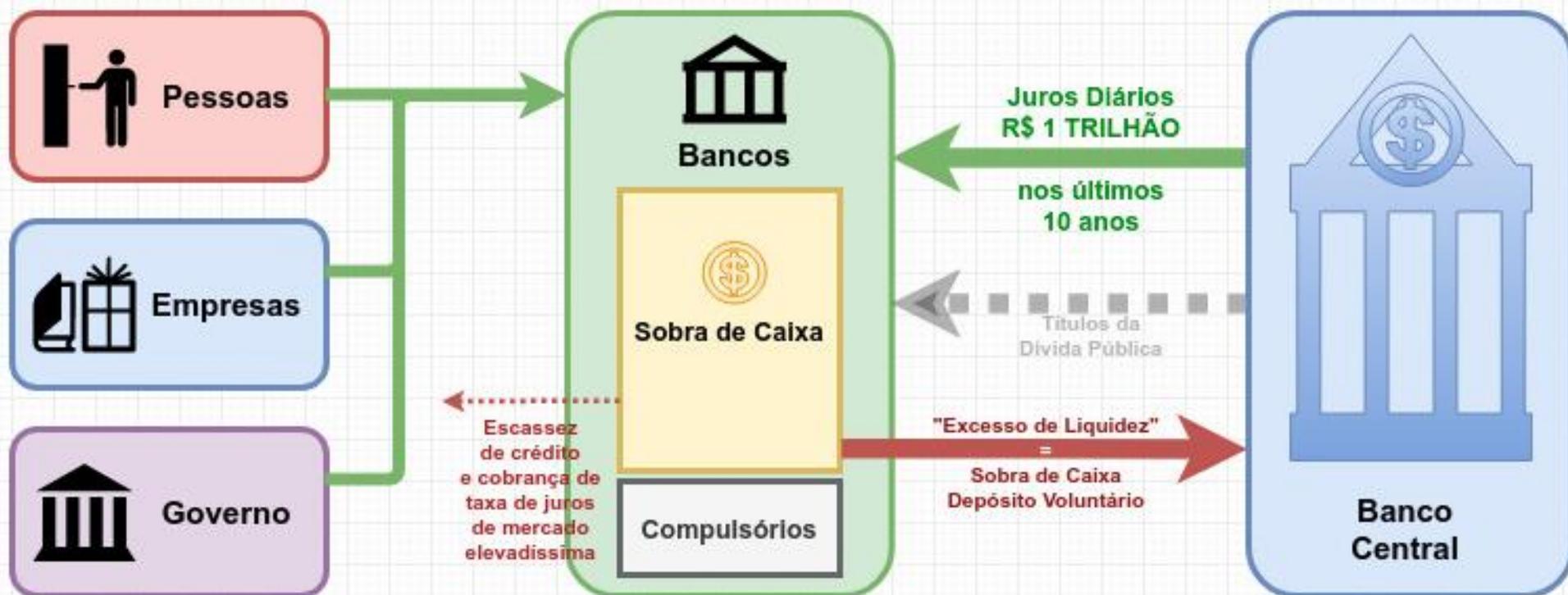
E VOCÊ É QUE VAI PAGAR A CONTA

<https://bit.ly/33cOZ67>

PL 3.877/2020, PL 9.248/2017 e PLP 112/2019 MEGA PEDALADA

Mantêm e agravam a remuneração aos bancos
CONTABILIDADE CRIATIVA PARA ESCONDER A DÍVIDA

Maquiagem do "Depósito Voluntário Remunerado"
PL 3.877/2020 mantém e agrava a remuneração



POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL TRANSFERE RECURSOS PARA BANCOS E AUMENTA A DÍVIDA INTERNA EM TRILHÕES

**TEMOS DINHEIRO SOBRANDO
PARA REMUNERAR DIARIAMENTE
A SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS?
ESSA É A PRIORIDADE DO PAÍS???**

SIM

NÃO

Estamos enfrentando uma "Reforma da Previdência" que retira R\$ 1 TRILHÃO (nos próximos 10 anos) das mãos das pessoas que recebem aposentadoria, pensão ou benefício da Seguridade Social.

Porém, você sabia que **R\$ 1 TRILHÃO JÁ FOI DESTINADO PARA OS BANCOS** (nos últimos 10 anos), de forma ilegal, para remunerar diariamente o dinheiro que sobra em seu caixa?

Isso mesmo, o dinheiro que os bancos não conseguem emprestar (porque cobram juros elevados demais) está sendo remunerado diariamente!

Em vez de acabar com essa ilegalidade, o governo enviou ao Congresso o PLP

Vídeo:

<https://bit.ly/3jOvJBX>

Folheto:

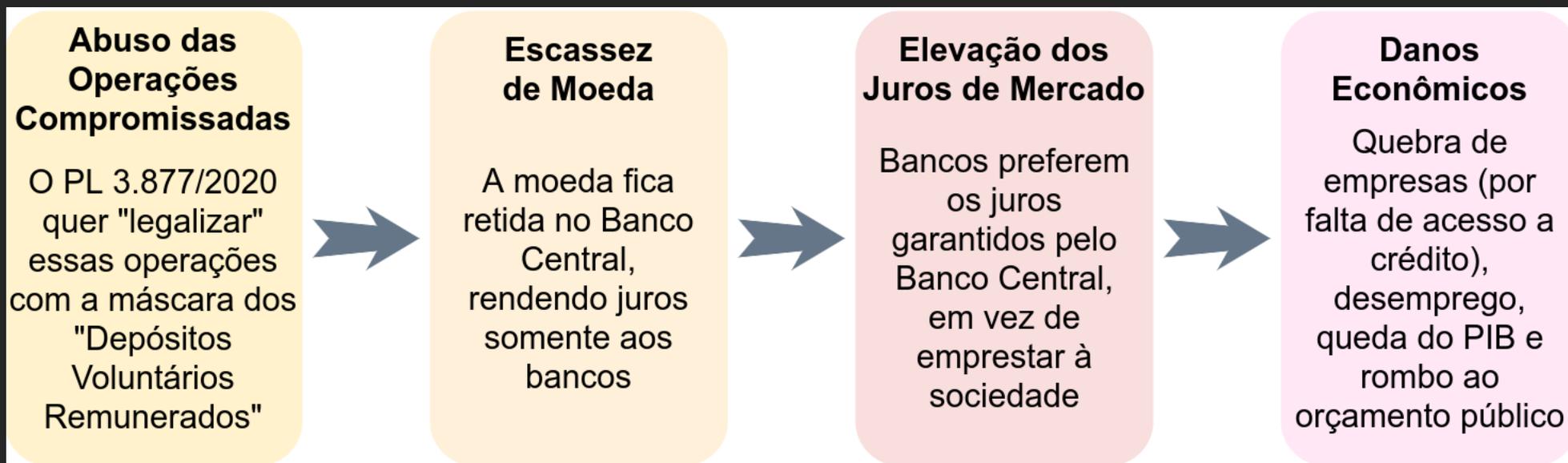
<https://bit.ly/2GQFvSR>

R

NOVELA:

<https://bit.ly/34FjnH9>

RELAÇÃO ENTRE A REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS E A QUEDA DO PIB, A QUEBRA DE EMPRESAS E O AUMENTO DO DESEMPREGO

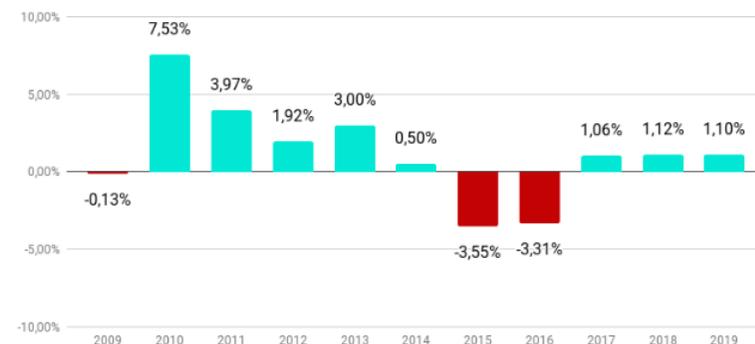


A CRISE FABRICADA que atravessamos desde 2014 está diretamente ligada a essa operação, como mostramos em recente vídeo da campanha **É HORA DE VIRAR O JOGO**

<https://bit.ly/3p3vIT4> e artigo <https://bit.ly/38kEiBQ>

Ver Capítulo 6 da Novela Assalto aos Cofres Públicos

Gráfico histórico do PIB do Brasil de 2009 a 2019



ABUSO DAS “OPERAÇÕES COMPROMISSADAS”

BANCO CENTRAL

Operações no overnight saltam para R\$ 1,6 trilhão em agosto

Volume de compromissadas, de curtíssimo prazo, chega a 22,2% do PIB.

VOLUME DE “OPERAÇÕES COMPROMISSADAS NO MUNDO

Maior volume do mundo	Brasil	24% do PIB
2º colocado	Filipinas	3% do PIB

FONTE: Dados de final de 2016, levantados pelo IFI, ligado ao Senado Federal
<https://www12.senado.gov.br/imprensa/assessoria/declaracao/decl16101701>

QUAL O IMPACTO DESSA REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS ?

1. **Geração de Dívida Pública:** atualmente R\$ 1,7 Trilhão da Dívida Interna corresponde a títulos utilizados para remunerar a sobra de caixa dos bancos
2. **Gasto Público ilegal:** conforme balanços do Banco Central (atualizados pelo IPCA), em 10 anos, o gasto correspondeu a cerca de R\$ 1 trilhão! Mesma QUANTIA que Guedes pretendia “economizar” com os impactos da Reforma da Previdência (PEC 6)
3. **Produz escassez de moeda na economia:** o volume de moeda que deveria estar disponível para empréstimos fica esterilizada no BC, rendendo remuneração diária aos bancos às nossas custas
4. **Qual a consequência dessa “falsa escassez de moeda” = Elevação brutal dos juros de mercado:** empresas e famílias têm enorme dificuldade para acessar créditos, porque os bancos cobram taxas de juros elevadíssimas, pois preferem a garantia dos juros diários pagos pelo BC e toda a economia fica amarrada por falta de crédito.

QUAL É O PROJETO ECONÔMICO DO GOVERNO ?

- Faltam recursos para investimentos geradores de desenvolvimento socioeconômico e manutenção do Estado, que está sendo desmontado pela PEC 32 e efeitos das reformas da Previdência e Trabalhista
- Auxílio emergencial reduzido a apenas R\$300,00 e com os dias contados

• PRIVILÉGIO DOS BANCOS EM PLENA PANDEMIA

- R\$ 1,2 Trilhão em 23/03/2020
- Aumento das "Compromissadas" e da remuneração da sobra de caixa ilegal
- "Legalização" e majoração da remuneração diária da sobra de caixa sem limite PL 3.877/2020
- Vários trilhões com a EC 106/2020 sem limite
- Ganhos em contratos de SWAP
- Securitização de Créditos (LC 173/2020)
- Lucro superior a R\$ 100 bilhões no 1º semestre 2020

O DÉFICIT SEMPRE ESTEVE NO BANCO CENTRAL E NÃO NA SEGURIDADE SOCIAL

Fontes: Banco Central - Séries Temporais nº 16953 e 16962; Tabela – Necessidades de Financiamento do Setor Público - https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/Nfspp.xls

RENÚNCIA FISCAL E GASTO COM JUROS PAGOS PELO TESOURO NACIONAL AO BANCO CENTRAL QUASE R\$ 3 TRILHÕES DE 2010 A 2019

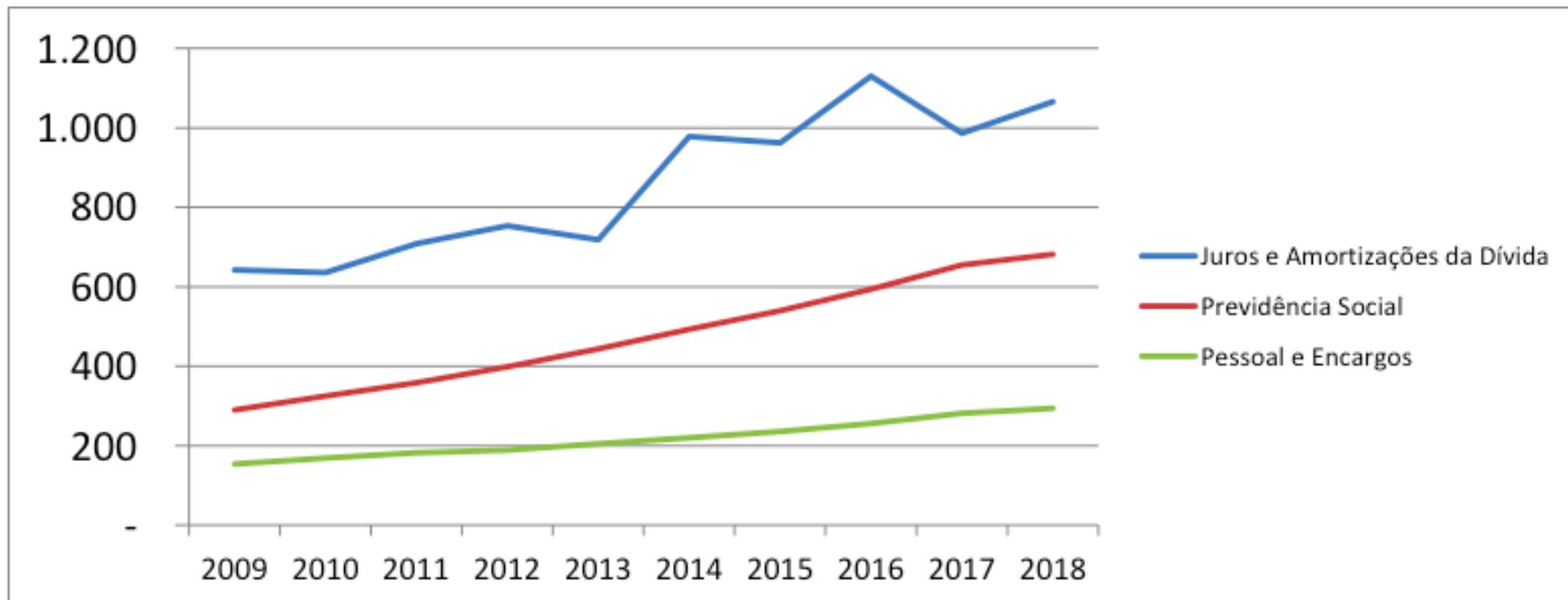
CUSTO DO FINANCIAMENTO DO BANCO CENTRAL PELO TESOURO NACIONAL			
Ano	Volume de Títulos entregues pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sem contrapartida financeira (Bilhões de Reais)	Volume de Juros pagos pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sobre os títulos públicos acumulados no BC (Bilhões de Reais)	Soma (Bilhões de Reais)
2010	56,86	71,51	128,37
2011	186,28	84,30	270,58
2012	117,11	89,43	206,54
2013	129,61	94,18	223,79
2014	287,40	108,82	396,21
2015	192,48	145,46	337,94
2016	238,66	162,05	400,71
2017	88,21	163,11	251,32
2018	188,19	158,49	346,68
2019	185,18	152,78	337,97
Total	1.669,98	1.230,13	2.900,11

Elaboração própria.
Fonte: <https://bit.ly/3hOKYtu> e <https://bit.ly/32CXI0h>

<https://bit.ly/36OSUI>

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NOS GASTOS FINANCEIROS COM A CHAMADA DÍVIDA PÚBLICA

Governo Federal - Gastos selecionados - R\$ bilhões



Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais#RREO> - Series Históricas - Por Função e por GND

Nota 1 - "Juros" e "Amortizações" foram somados porque o governo tem contabilizado grande parte dos Juros como se fosse Amortização/Refinanciamento. Ver texto <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

Nota 2 - "Previdência Social" inclui o Regime Geral da Previdência Social (INSS) e Regime Próprio dos Servidores Federais, tal como divulgado pelo Tesouro Nacional

Reforma da Previdência (PEC 6/2019):

Convertida na EC 103/2019

PEC 133/2019 – “PEC Paralela”

(inclui estados e municípios na Reforma)

Aprovada no Senado, em tramitação na Câmara

**Situação: Aguardando Parecer do Relator na
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
(CCJC)**

DEPUTADO(A), DE QUE LADO V. EX.^A ESTÁ?

CLASSE TRABALHADORA PERDA DE MAIS DE R\$ 1 TRILHÃO

A PEC 6/2019 representa o corte ou adiamento de direitos que deixarão de ser pagos à classe trabalhadora em valor superior a R\$ 1 TRILHÃO nos próximos 10 anos:

* Desconstitucionalização de direitos da Seguridade Social: A PEC 6/2019 retira da Constituição diversas regras relativas aos direitos assegurados pelo Constituinte de 1988, tanto para o RGPS como RPPS, e os remete para leis que sequer foram divulgadas. Representa um ataque à classe trabalhadora e gera imensa insegurança, pois dá um cheque em branco para futuras regras.

* Constitucionalização de obrigações para trabalhadores: A PEC 6/2019 esquarteja a Seguridade Social e joga para a responsabilidade exclusiva da classe trabalhadora a manutenção dos respectivos regimes de Previdência ao prever aumento de contribuição e até contribuição extraordinária para servidores públicos, ferindo de morte o sistema de solidariedade e universalidade conquistado em 1988.

* Constitucionalização de restrições e supressão de garantias: A PEC 6/2019 elimina a aposentadoria por tempo de contribuição, eleva carência para 20 anos, reduz valor de benefícios, eleva o período de cálculo, muda regra de apuração que exigirá 40 anos para a integralidade de uma renda média já rebaixada, reduz o direito ao abono salarial e salário família, e muitas outras regras destinadas a assegurar um ajuste fiscal de R\$ 1,1 trilhão nos primeiros 10 anos e R\$ 4,4 trilhões em 20 anos, dos quais 90% oriundos de perdas de direitos dos segurados do RGPS, e em especial do que percebem entre 1 e 2 salários mínimos, conforme tabela disponível na última página da Exposição de Motivos da própria PEC apresentada pelo governo ao Congresso.

* Postergação e redução no valor das aposentadorias: A PEC 6/2019 aumenta requisitos de idade e tempo de contribuição para trabalhadores e trabalhadoras atingirem a aposentadoria, e ainda reduz fortemente o valor dos benefícios. Enquanto isso, nem se fala em auditar a dívida pública, que consome cerca de 40% do orçamento federal e ainda tem sido justificativa para as Privatizações, ajuste fiscal, contrarreformas.

BANCOS GANHO ILEGAL DE MAIS DE R\$ 1 TRILHÃO

O PLP 112/2019 "legaliza" a remuneração da sobra de caixa dos bancos que receberam R\$ 1 TRILHÃO nos últimos 10 anos de forma ilegal:

* O PLP 112/2019 quer colocar o Banco Central acima de tudo e de todos, autônomo em todos os sentidos, sem ter que dar satisfação alguma aos Poderes, e com atribuição única de controlar inflação.

* O PLP 112/2019 "legaliza" a figura do Depósito Voluntário Remunerado pelo Banco Central (BC) aos bancos (tal como o PL 9.248/2017), o que na prática significa que toda a sobra de caixa dos bancos poderá ser depositada no BC e este pagará juros diários aos bancos! Temos dinheiro sobrando para isso????

* Essa remuneração diária já vem acontecendo, de forma ilegal, abusando-se das Operações Compromissadas, e tem provocado, ao mesmo tempo:

- aumento da dívida pública em R\$ 1,3 Trilhão, pois para justificar a remuneração ilegal, o BC fica com a sobra de caixa dos bancos e entrega títulos da dívida pública para eles, pelo tempo que desejarem, por 1 dia ou mais!

- rombo nas contas públicas, pois essa remuneração consumiu R\$ 754 bilhões nos últimos 10 anos, conforme balanços do BC. Se atualizarmos esse valor, chegamos perto de R\$ 1 trilhão de gasto exclusivamente para remunerar a sobra de caixa dos bancos!

- escassez de moeda na economia e consequente elevação brutal dos juros de mercado, tendo em vista que a moeda que deveria irrigar a economia fica escassa, pois bancos preferem a garantia de remuneração diária paga pelo BC. Imaginem o que ocorreria se o Banco Central parasse de remunerar toda essa sobra de caixa e devolvesse esse montante de cerca de 20% do PIB para os bancos! Estes reduziriam brutalmente os juros de mercado, possibilitando às Indústrias e empresas em geral acessarem crédito barato, viabilizando assim a retomada do crescimento econômico, a geração de emprego e renda e, consequentemente, o crescimento da arrecadação tributária.

Folheto disponível em <https://bit.ly/2XwRPBX>

EC 103: RECESSIVA E PROVOCA DANOS

1. DANOS ÀS PESSOAS:

- R\$ 1 TRILHÃO deixará de chegar às mãos das pessoas, pois a “economia” de R\$ 1 trilhão almejada por Guedes corta aposentadorias, pensões e benefícios da Seguridade Social, atingindo principalmente os mais pobres.

2. DANOS À ECONOMIA DO PAÍS:

- O corte de R\$ 1 TRILHÃO, que deixará de chegar às mãos das pessoas, deixará de irrigar as economias locais, prejudicando mais de 80% dos Municípios, com reflexos para a arrecadação de tributos incidentes sobre o consumo.

3. DANOS ÀS FINANÇAS PÚBLICAS:

- Redução da arrecadação de tributos que incidem sobre o consumo
- Caso retornem com a Capitalização, fim da arrecadação das Contribuições ao INSS (de empregados e empregadores) além do custo de transição que pode chegar a R\$ 10 trilhões.

“Economia” com a “reforma” = Dinheiro retirado dos trabalhadores para o pagamento da questionável dívida pública, que deveria ser auditada com participação da sociedade civil.

- Segundo o governo, a “economia” com a “Reforma da Previdência” será de R\$ 9,9 bilhões em 2020 (ou seja, 226 vezes menos que o valor previsto para pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal em 2021).
- Ainda segundo o governo, essa “economia” será de R\$ 856 bilhões em 10 anos (valor menor que o custo da remuneração da sobra de caixa dos bancos nos últimos 10 anos).

Fonte: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ganho-com-a-reforma-da-previdencia-fica-acima-do-previsto-e-poupa-r-8-5-bi-em-um-ano,70003512557>

PEC 133/2019 PRINCIPAIS ASPECTOS

- **Lei ordinária estadual será suficiente para aplicação das novas regras aos servidores dos Estados, DF e Municípios** (Art. 40-A): evita o desgaste para os políticos locais – em ano eleitoral - de terem que aprovar a alteração nas Constituições dos Estados
- **Militares e bombeiros dos Estados e DF**: Governo federal editará lei específica, mantendo a simetria com a legislação dos militares federais (Art. 42 § 1º): alento aos militares dos estados
- **Segurança Pública**: terá Lei Complementar específica extensiva aos ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo, da perícia oficial de natureza criminal (Art. 40 § 4-B)
- **“Incidente de prevenção de litigiosidade”** (Art. 103-C): Enfraquece os institutos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ???
- **Reabre prazo para opção pelo FUNPRESP**

PEC 133/2019 PRINCIPAIS ASPECTOS

•Cobrança gradual de contribuições previdenciárias

- do agronegócio exportador
- do Simples

•Inclui benefício destinado à **criança** vivendo em situação de pobreza

•Cota de 20% na pensão por morte para dependentes de até 18 anos de idade

•Possibilidade de acúmulo de pensões quando existir dependente com **deficiência intelectual, mental ou grave**

•Regra de transição para **servidores com deficiência**

•Manutenção do **tempo mínimo de contribuição em 15 anos para homens** que ainda não entraram no mercado de trabalho;

•Aposentadoria de 100% em caso de incapacidade que gere deficiência ou em caso de incapacidade decorrente de doença neurodegenerativa

•Cálculo mais vantajoso na aposentadoria por incapacidade em caso de acidente

**Impacto fiscal estimado total da PEC 6 e PEC Paralela:
R\$ 1 trilhão e 312 bilhões em 10 anos**

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O MAIOR PATRIMÔNIO SOCIAL DO BRASIL

A fim de contribuir para o debate sobre a proposta de **Reforma da Previdência de que trata a PEC 6/2019**, a qual visa destruir a Previdência Social universal e solidária para entrega-la aos bancos, em regime de capitalização que está fracassando na maioria dos países onde foi adotada, a AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA apresenta argumentos sobre os seguintes aspectos:

- O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA E NÃO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL
- A REFORMA NECESSÁRIA É A DO SISTEMA QUE GERA DÍVIDA POR MECANISMOS FINANCEIROS SEM CONTRAPARTIDA ALGUMA AO PAÍS
- A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL
- A MENTIRA DO "DÉFICIT" DA PREVIDÊNCIA
- PRIVILEGIADOS SÃO OS BANCOS
- CRISE FABRICADA PELO BANCO CENTRAL BENEFICIA BANCOS
- REMÉDIOS PARA CONTORNAR A "CRISE" BENEFICIAM BANCOS
- NÃO HÁ JUSTIFICATIVA REAL PARA A "CRISE"
- NÃO HÁ JUSTIFICATIVA REAL PARA A "CRISE" DOS ESTADOS
- DESTRUIÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SUBSTITUIÇÃO POR CAPITALIZAÇÃO
- NECESSIDADE DE AMPLA MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA REJEITAR A PEC 6/2019

***"Precisamos de 1 trilhão para ter potência fiscal suficiente para pagar uma transição em direção ao regime de capitalização.
(...) Por isso que a gente precisa de 1 trilhão"***

(Paulo Guedes, Ministro da Economia)

Acessem e divulguem:

<https://bit.ly/2IruuJY>

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

CPI da Dívida Pública

Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da
Constituição

SISTEMA DA DÍVIDA

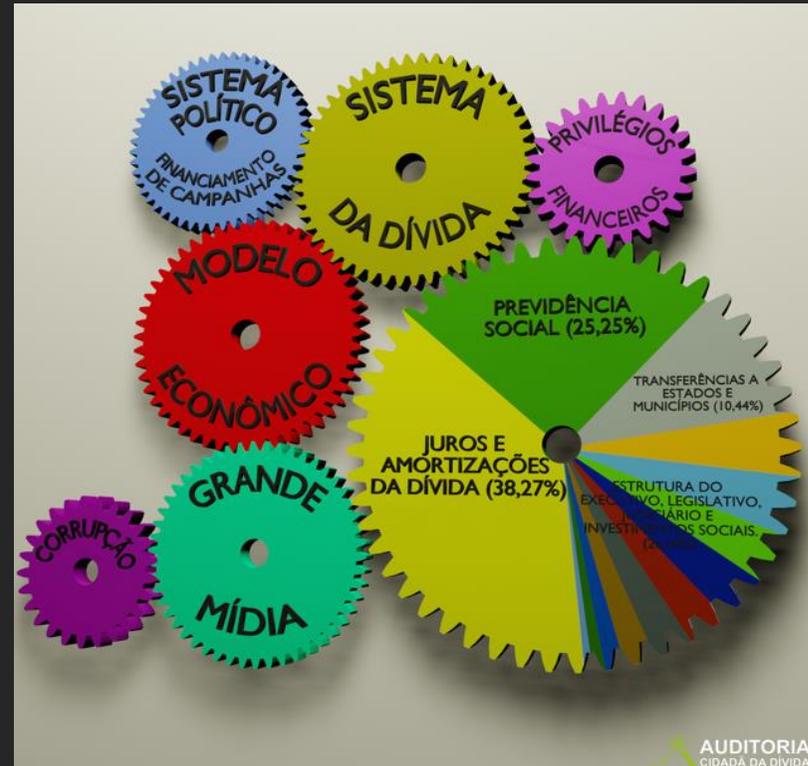
- **Utilização do endividamento público às avessas:** ao invés de instrumento de financiamento dos Estados, funciona como mecanismo de subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente a bancos e grandes corporações
- **Principal característica:** a dívida cresce por causa de mecanismos financeiros sem contrapartida ao país
- Se reproduz em âmbito internacional e regional, para estados e municípios
VER CURSO A DISTÂNCIA
- Maior beneficiário: BANCOS
- **Novo patamar:** a dívida sequer é registrada como dívida



“Sistema da Dívida”

Como opera

- Modelo Econômico
- Privilégios Financeiros
- Sistema Legal
- Sistema Político
- Corrupção
- Grande Mídia
- SISTEMA FINANCEIRO: BIS, FMI, BM, BID, Bancos Centrais, banca privada internacional e nacional



Dominação financeira e graves consequências sociais

TCU afirma que dívida não serviu para investimento no país <https://bit.ly/2NTP1Jo>

De 1995 a 2015 produzimos R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário. Apesar disso, a dívida interna federal aumentou de **R\$86 bilhões** para quase **R\$4 trilhões** no mesmo período.

O que tem feito a chamada Dívida Pública explodir?

É evidente que os investimentos e gastos sociais **não** foram os responsáveis pelo aumento da dívida interna, pois produzimos Superávit Primário imenso, mas sim os mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da "crise"

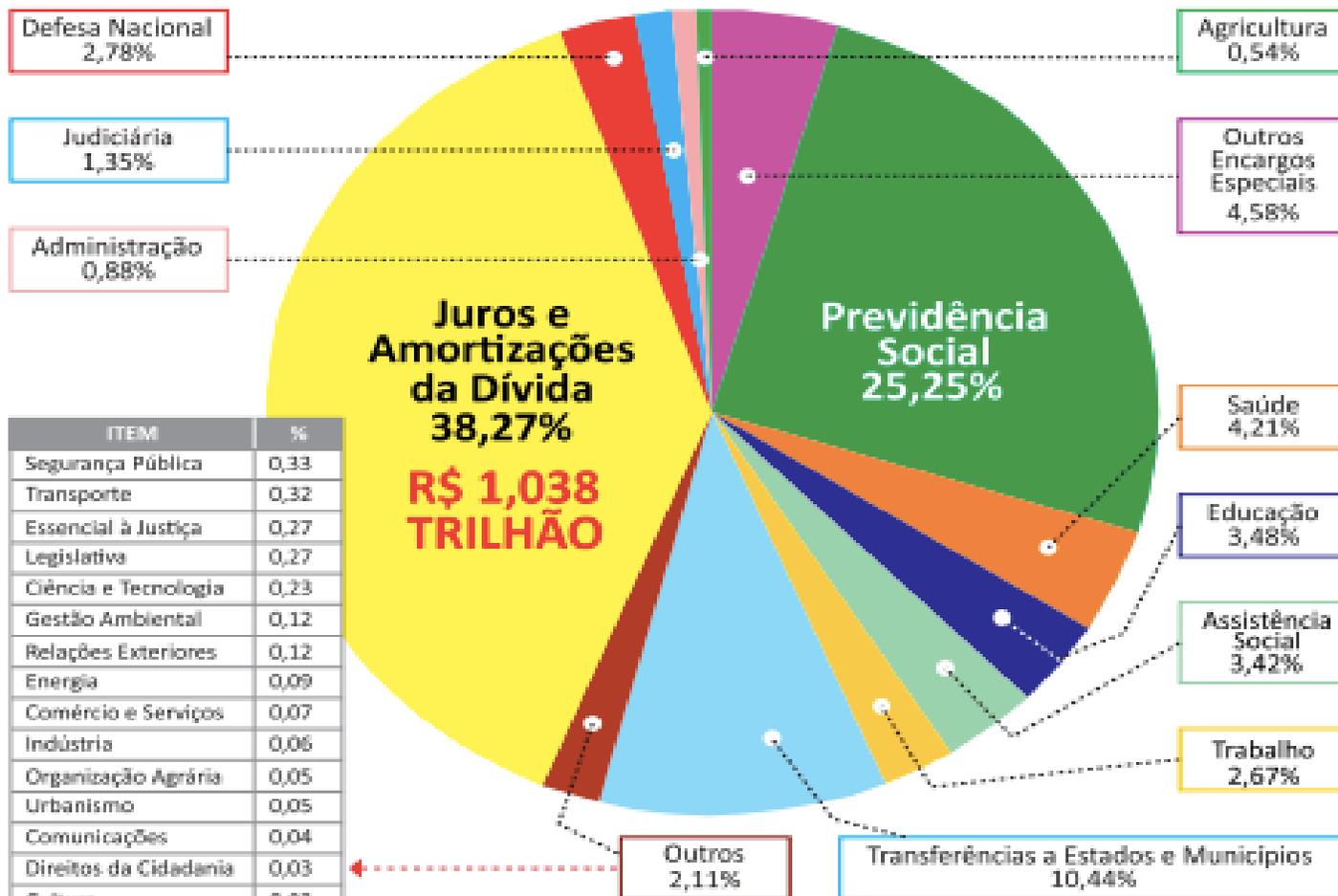
A DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO GERADA POR MECANISMOS FINANCEIROS:

- **Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública** ilegal transferência de dívidas privadas para o BC: PROER, PROES, EC 106
- **Transformação de dívida externa irregular**, suspeita de prescrição, em operação feita em Luxemburgo: Plano Brady
- **Elevadíssimas taxas de juros**: sem justificativa técnica ou econômica
- A ilegal prática do **anatocismo**: incidência contínua de juros sobre juros
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal.
- As sigilosas operações de **swap cambial** realizadas pelo BC em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa.
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio do abuso das sigilosas "operações compromissadas" que chegam a R\$ 1,4 trilhão.
- **Emissão excessiva de títulos** para formar "colchão de liquidez".
- **Prejuízos do Banco Central** transferidos para o TN (Art. 7º da LRF)
- **"Securitização"** gera dívida ilegal que é paga por fora do orçamento, mediante desvio de arrecadação que sequer alcançará os cofres públicos



Orçamento Federal Executado (Pago) em 2019 = R\$ 2,711 Trilhões

O valor previsto para 2019 havia sido R\$ 3,314 Trilhões, diferença a ser investigada



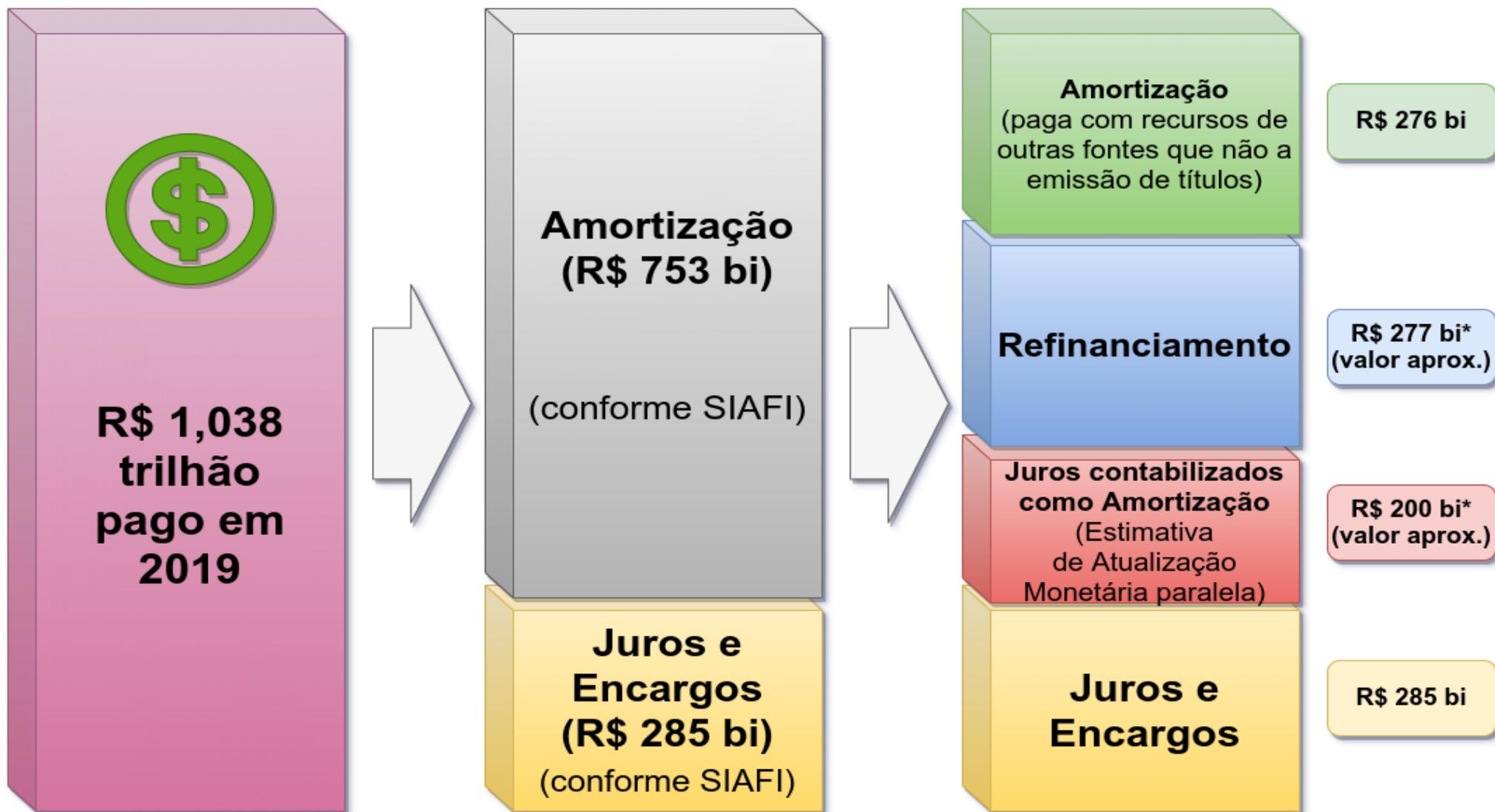
Fonte: LDA 2019 - Banco de Dados Acesso: pl-downloads (execução do Orçamento da União - Dados até 31/12/2019). Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/orcamento/indicadores/2019/indicadores_RPS_EOE_-_Orçamento_Fiscal_e_da_Seguridade_Social_-_16r_detalhadas_cotas_explicativas.pdf Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

EXPLICAÇÃO:

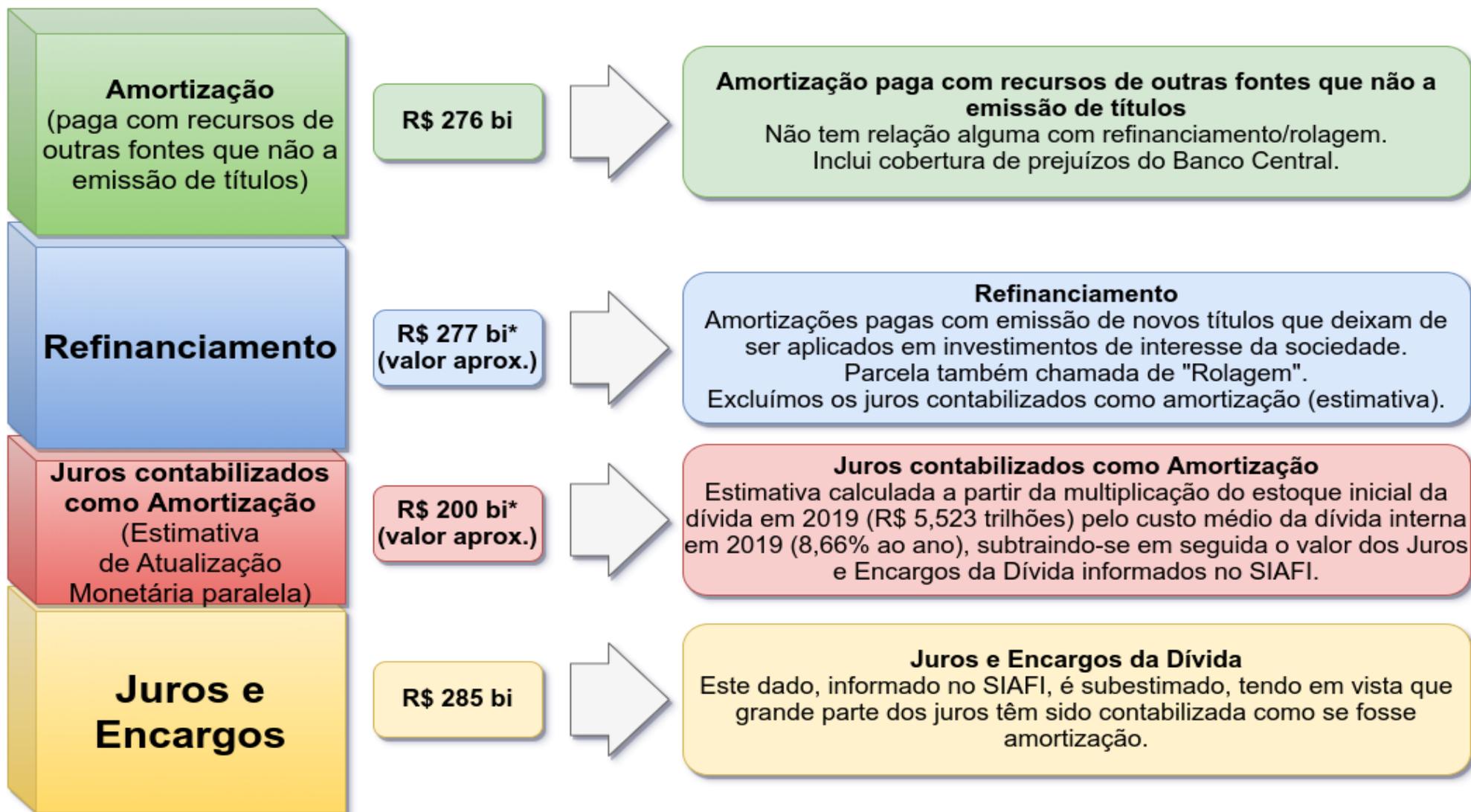
Grande parte dos Juros são contabilizados como se fosse “Amortização ou Rolagem” no SIAFI, por isso é preciso somar essas parcelas.

<https://auditoriacidada.org.br/explicacao>

Composição dos pagamentos da Dívida Pública Federal - 2019



Composição dos pagamentos da Dívida Pública Federal - 2019



QUANTO MAIS PAGAMOS MAIS DEVEMOS...

Comparativo Juros, Amortizações e Estoque da Dívida Pública (em BILHÕES DE REAIS)			
Ano	"Juros e Encargos" da Dívida	"Amortizações"	Estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
2008	110,17	448,74	1.759,13
2009	124,18	517,73	2.036,23
2010	122,02	513,34	2.307,14
2011	131,04	577,00	2.536,07
2012	134,08	618,94	2.823,00
2013	141,69	576,74	2.986,22
2014	170,35	807,57	3.301,05
2015	208,36	753,87	3.936,68
2016	204,89	925,27	4.509,26
2017	203,11	783,01	5.094,97
2018	279,37	786,36	5.523,12
2019	285,09	752,48	5.971,93

Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais#RREO> e Banco Central.

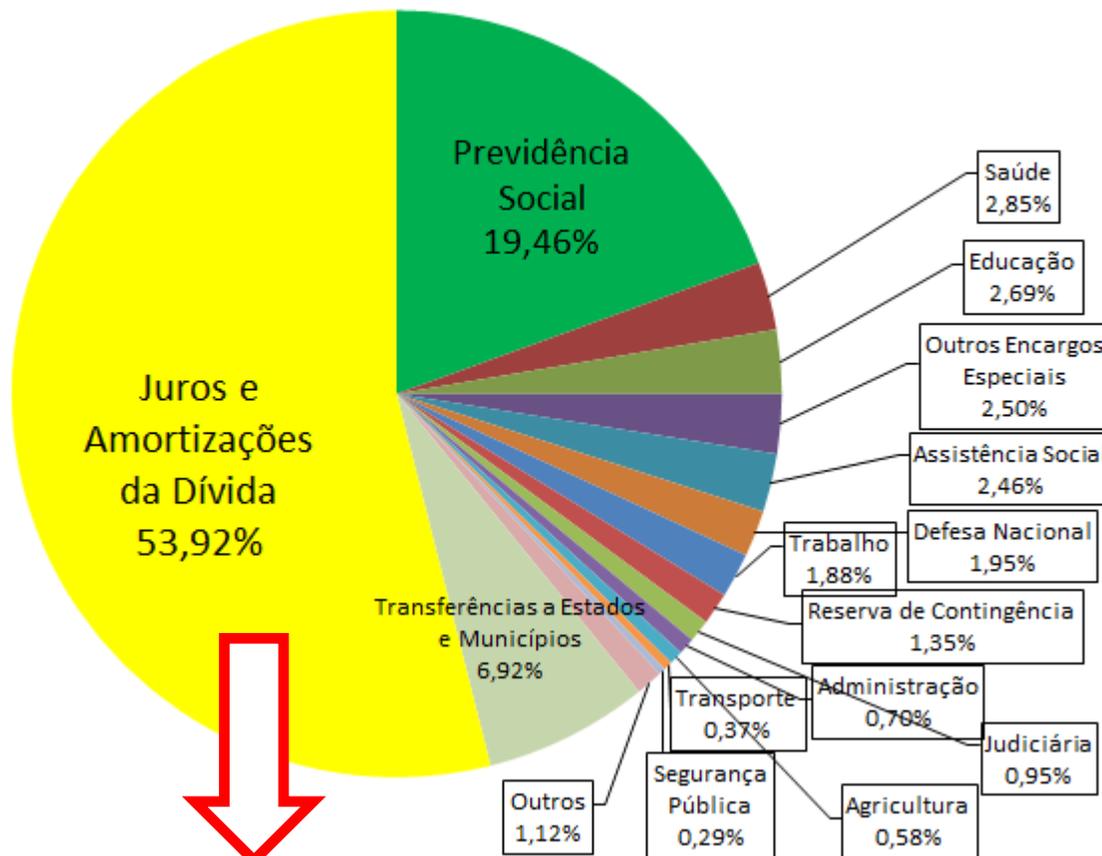
Apesar das "Amortizações" gigantes a dívida cresce, pois grande parte dos juros são contabilizados como "amortizações"

<https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

**Relatório ACD
1/2013**

<https://bit.ly/2MVSvfk>

PLOA 2021 – MAIS PRIVILÉGIO PARA OS RENTISTAS



R\$ 2,236 TRILHÕES

Fonte: Banco de Dados - Sistema de Consulta a LOA 2021 - <http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2021/proposta/PL2021.EXE>

DEFENSORES DO MERCADO SE DESESPERAM COM ESSE GRÁFICO:

- Alegam que a parte amarela "é só rolagem/refinanciamento"
- Porém, o governo computa grande parte dos juros como se fosse "rolagem" ou "refinanciamento"
- Ignoram que todo ano centenas de bilhões de reais de outras fontes (que nada tem a ver com novos empréstimos) são destinadas para o pagamento da dívida.
- Pegar empréstimo para pagar juros é uma opção política. É dinheiro que poderia ir para investimentos sociais.
- Dizem que "a dívida não é problema, pois o governo pode emitir moeda e pagar"
- Ignoram a política monetária do BC que remunera toda a sobra de caixa dos bancos, com danos a toda a economia do país.
- Emitir moeda para pagar dívida ilegal e ilegítima é a mesma coisa que defender abertamente a concentração de renda, a corrupção ou as desonerações abusivas para os muito ricos

A “NECESSIDADE” DE PAGAR ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO A JUSTIFICATIVA PARA:

- Destinação da maior parte do Orçamento Federal para os gastos com Juros e Amortizações
- Contínuo e rigoroso Ajuste Fiscal, levando a contingenciamentos cada vez mais drásticos que impedem o funcionamento do Estado (até mesmo na área da Defesa Nacional) e a prestação dos serviços públicos essenciais (Saúde, Educação etc.)
- Privatizações
- Contrarreformas que favorecem bancos <https://bit.ly/2XV1Pkw>
- Modificações constitucionais danosas (EC 95)
- Novos esquemas geradores de dívida pública: “Securitização”; EC 106/2020 (compra de papel podre pelo BC sem limite <https://bit.ly/3jK41a5>) e PL 3.877/2020 (Bolsa Banqueiro sem limite, tal como PL 9.248/2017 e PLP 112/2019)

CAMPANHA EM ANDAMENTO

<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>



ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

➤ CONHECIMENTO DA REALIDADE

- Modelo Econômico Errado
- Política Monetária suicida do BC
- Sistema da Dívida



➤ MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

- REPUDIAR PEC 32, 186 e projetos PL 3.877/2020, PLP19/2019, PL 9.248/2017 e PLP 112/2019 <https://bit.ly/33cOZ67>

➤ AÇÕES CONCRETAS

- Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO <https://bit.ly/33bVDd0>
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO **SOCIAL**
- Participar das atividades convocadas www.auditoriacidada.org.br



Grata

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina